

BREVE ENSAIO ACERCA DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE A TEORIA TRADICIONAL E A TEORIA CRÍTICA.

Carlos Eduardo Ramos – Universidade de São Paulo
Endereço eletrônico: carlostte@gmail.com

El sueño de la razón produce monstruos – Francisco de Goya

Dentro do quadro atual apresentado pela ciência vigente é possível fazer algumas considerações importantes acerca de quais as questões que esta busca responder, o que considera como “conhecimento” – incluindo sua visão de homem e de mundo – e como ela se propõe a responder essas questões. Horkheimer (1989) aponta alguns elementos que merecem maior atenção para esta discussão. Primeiramente, quando o autor discorre sobre teoria, afirma que a ciência preza por um conjunto de proposições gerais interligados e coerentes, de onde se podem extrair outras teorias subseqüentes. Se houver alguma contradição entre elas e sua utilização (na experiência) ela deve ser reformulada. É, portanto, hipotética, e por ser uma construção humana, é passível de erro. Como afirma Guba: “but all such belief systems or paradigms are *human constructions*, and hence subject to all errors and foibles that inevitably accompany human endeavors (1990, p. 18-19). Para a Teoria Tradicional, a ciência deve sempre generalizar os dados com o objetivo de se tornar mais útil e eficaz. Destarte, sua meta seria deixar de ser particular, adquirindo um grau de generalidade capaz de abranger todos os objetos do conhecimento. O mesmo método utilizado para estudar a natureza poderia ser utilizado para estudar o homem e seria bem sucedida. Embora pareça que a Ciência Moderna tenha caminhado para esses objetivos, segundo Horkheimer “estamos longe de tal situação” (1989, p. 31).

Esta representação de teoria tem seus primórdios no pensamento de Descartes, quando se propõe a estender seu processo de dedução bem sucedido na matemática a todas as outras ciências. Logo após enumerar seus quatro simples preceitos lógicos do método, Descartes afirma:

Essas longas cadeias de razões, todas simples e fáceis, de que os geômetras costumam servir-se para chegar às suas mais difíceis demonstrações, haviam-me dado ocasião de imaginar que todas as coisas possíveis de cair sob o conhecimento dos homens seguem-se umas às outras da mesma maneira que, contanto que nos abstenhamos somente de aceitar por verdadeira qualquer que não o seja, e que guardemos sempre a ordem necessária para deduzi-las umas das outras, não pode haver quaisquer tão afastadas a que não se chegue por fim, nem tão ocultas que não se descubram (1987, p. 38-39).

Com esse princípio de generalização, Descartes inaugura a visão mecanicista de homem e de mundo, onde tudo o que existe e pode ser conhecido, pode também ser mensurado. Já os empiristas apresentam uma teoria mais pragmática, esboçada a partir da experiência prática, elaborada “de baixo para cima”, ou da experiência para a Teoria, opondo-se ao modelo dedutivo de Descartes. Mesmo discordando nas questões de método, os positivistas se firmam com um paradigma sólido através de elementos comuns ao racionalismo cartesiano. Segundo Guba (1990), os positivistas tem a crença de que há uma realidade externa conduzida por *leis naturais*. A partir da compreensão e catalogação dessas leis é possível prever e controlar os fenômenos naturais, e posteriormente, o próprio homem e a sociedade, tal qual é possível observar na obra de Skinner, “Ciência e comportamento humano”. Um exemplo interessante é apresentado por Horkheimer, que destaca a semelhança entre o trabalho do historiador, do especialista em direito penal e dos economistas:

Opera-se com proposições condicionais, aplicadas a uma situação dada. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, c, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional (1989, p. 35).

A simplicidade, a suposta capacidade de previsão, calculabilidade e utilidade dos objetos fizeram do positivismo a teoria dominante na ciência e a ciência por sua vez, dominada pela ideologia vigente. Na realidade essa relação se deu por um caráter de mão dupla, em que a elaboração do saber científico proporcionou revoluções na base material da sociedade, e “na medida em que o conceito da teoria é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose (Erkenntnis), ou possuindo uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada (verdinglichte) e, por isso, ideológica” (HORKHEIMER, 1989, p. 35).

Sem dúvida existe uma estreita relação entre ciência e ideologia, principalmente quando nos propomos a falar das ciências do homem e da sociedade. Demo (1987), quando se ocupa em separar o que é e o que não é científico, insere a ciência entre o senso comum, que é crédulo e acrítico e a ideologia como “justificação política das posições sociais” (p. 32). A ideologia relaciona-se com a ciência basicamente no que diz respeito a seus fins, geralmente com interesses relacionados ao poder, à desigualdade social e à manutenção da sociedade do trabalho calcada em princípios burgueses. Entretanto, não podemos almejar uma ciência isenta de ideologia, mas sim buscar uma “convivência crítica com a ideologia, seu controle relativo, seu enfrentamento sem disfarces” (DEMO, 1987, p. 33). Assim, algumas pretensões do pensamento positivista podem ser vistas por esta ótica, como ideológicas, ainda mais se pensarmos nas ciências sociais, que ao se colocarem tais como as ciências naturais, apresentarem um ideal de neutralidade e capacidade de apreender a realidade em sua totalidade, convertem-se elas mesmas em ideologia, ou pelo menos a abrigam na essência de seu pensamento. E ao converterem-se em ideologia as ciências sociais “a par de expressarem a necessidade social de conhecimento são, sobretudo parte do projeto de dominação do grupo dominante. Para isso são extremamente úteis e neste sentido, refletem as farsas normais de qualquer estrutura de poder, ainda que a isto não se reduzam” (DEMO, 1988, p. 17).

Nessas condições, conclui-se que não há autonomia no processo do pensar científico, já que os aparelhos sociais que regem e controlam a economia também interferem no investigador e nos rumos de sua trajetória de pesquisa. Nas ciências humanas, a ausência de um processo reflexivo somada à tentativa de regular o objeto de estudo aos moldes da teoria tradicional possivelmente resulta na reprodução contínua do existente, na ilusão de autonomia da ciência como proposto na sociedade burguesa e na divisão do trabalho estabelecida, no dualismo naturalizado proposto pela epistemologia positivista.

Outro elemento importante do paradigma positivista é seu caráter a-histórico. Já em Descartes é possível perceber que a eliminação do processo histórico traria conseqüências para as ciências e para a sociedade.

[...] se Esparta foi outrora muito florescente, não o deveu à bondade de cada uma de suas leis em particular [...] mas ao fato de que, tendo sido inventadas apenas por um só, tendiam todas ao mesmo fim. E assim pensei que as ciências dos livros, ao menos aquelas cujas razões são apenas prováveis e que não apresentam quaisquer demonstrações, pois se compuseram e avolumaram pouco a pouco com opiniões de mui diversas pessoas, não se acham, de modo algum, tão próximas da verdade quanto os simples raciocínios que um homem de bom senso pode efetuar naturalmente com respeito às coisas que se lhe apresentam. E assim ainda, pensei que, como todos nós fomos crianças antes de sermos homens, e como nos foi

preciso por muito tempo sermos governados por nossos apetites e nossos preceptores, que eram amiúde contrários uns aos outros, e que, nem uns nem outros, nem sempre, talvez nos aconselhassem o melhor, é quase impossível que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam, se tivéssemos o uso inteiro de nossa razão desde nosso nascimento e se não tivéssemos sido guiados senão por ela (1987, p. 34-35).

Embora estivesse propondo um rompimento com a Escolástica, Descartes nega a historicidade do desenvolvimento do pensamento e culmina numa visão de mundo que cria a ilusão de que a atividade científica é independente, quando na verdade ela é emparelhada com todas as demais atividades sociais “[...] sem que as conexões entre as atividades individuais se tornem imediatamente transparentes” (HORKHEIMER, 1989, p. 37). A teoria crítica propõe-se então, a desvelar os mecanismos invisíveis que corroem a visão positivista, sua concepção de que a realidade pode ser apreendida na totalidade pelo método e sua visão de mundo que cria a ilusão de distanciamento entre objeto e investigador. De acordo com a crítica do Frankfurtiano, o modelo de razão predominante na sociedade é a razão instrumental. De fato, a razão tornou-se meramente formal. Esta inversão do conceito de razão, ao propor-se neutra e eximir-se da capacidade de emitir juízos acerca da realidade social, torna-se imediatamente instrumento de dominação da natureza e em seguida, do próprio homem:

A crise atual da razão consiste basicamente no fato de que até certo ponto o pensamento ou se tornou incapaz de conceber tal objetividade em si ou começou a negá-la como uma ilusão. Esse processo ampliou-se gradativamente até incluir o conteúdo objetivo de todo conceito racional. No fim, nenhuma realidade particular pode ser vista como racional *per se*; todos os conceitos básicos, esvaziados de seu conteúdo, vêm a ser apenas invólucros formais. Na medida em que é subjetivada, a razão se torna também formalizada (HORKHEIMER, 2007, p. 13).

Diferente de modelos anteriores ao de Marx, como o socialismo utópico, que apresentava alternativas ao capitalismo descoladas da realidade, ou a economia política, que tal como o positivismo se colocava numa posição de neutralidade, a Teoria Crítica, segundo Nobre (2008) procura a compreensão da contemporaneidade tendo em vista superar sua lógica de dominação. Dessa forma, a Teoria Crítica não se posiciona em favor da eliminação da Teoria Tradicional ou outras teorias a-históricas, mas sim procura “ser uma explicação ‘mais adequada’ ou ‘mais abrangente’ do funcionamento do capitalismo (NOBRE, 2008, p. 17). Se apresenta, portanto, como uma contribuição crítica à visão não crítica da sociedade e das ciências, visando uma orientação para a emancipação. Desse modo, um projeto de pesquisa que visa compreender elementos da formação educacional por uma orientação Crítica deve possuir certas características fundamentais de análise, já que a própria idéia de emancipação se encontra no seio da Teoria. Além disso, de acordo com Nobre (2008), o pesquisador deve buscar compreender as tendências de mudança estruturais no movimento histórico, e fazer uso disso dentro da análise, num processo incessante de renovação, ancorado no contexto histórico presente. Outrossim, aquele que faz uso dessa teoria tem o desafio de identificar e compreender as contradições presentes na sociedade, tendo em vista um pensamento voltado para a consciência, ao invés da alienação. Lembrando do que nos apresenta Guba (1990), a ontologia que nos apresenta a Teoria Crítica é a do realismo crítico, na qual a realidade existe de fato, mas não pode ser compreendida em sua totalidade. Na sociedade atual, essa compreensão se encontra ainda mais distante, visto que a alienação impede o pensamento crítico. Como afirma Horkheimer: “a história não pode até agora ser compreendida a rigor, pois compreensíveis são apenas os indivíduos e grupos isolados, e mesmo esta compreensão não se dá de uma forma exaustiva” (1989, p. 44), e em um segundo momento, quando se refere à visão de sujeito: “Tampouco o sujeito pensante é o ponto onde coincidem sujeito e

objeto, e donde se pudesse extrair por isso um saber absoluto. Esta aparência, da qual o idealismo tem vivido desde Descartes, é a ideologia em sentido rigoroso” (1989, p. 46-47).

Por fim, no que diz respeito ao método, a Teoria Crítica não é de modo algum eufemista quando pontua as falhas no pensamento positivista. Para um pensamento verdadeiramente crítico é essencial não apenas um processo lógico (onde os positivistas transitam muito bem), mas também uma profunda compreensão processo histórico. O método é, portanto, de uma lógica dialética. Como afirma Sheptulin:

Al estudiar las formas universales del ser, las leyes universales del desarrollo de la realidad objetiva y del conocimiento, la dialéctica cumple una función metodológica: sobre la base de sus leyes y categorías se formulan las correspondientes exigencias, destinadas a orientar a los hombres en su actividad cognoscitiva y transformadora (1983, p.5).

Para este autor, a dialética estuda questões universais, leis universais do movimento de desenvolvimento da realidade objetiva ao cumprir três funções principais: a cosmovisiva, acerca do mundo; a gnoseológica, que busca compreender a essência dos processos cognitivos; e a metodológica, em que se elaboram os princípios e requisitos que sustentam o sujeito pensante e que elaboram sua atividade cognoscitiva. Para Konder (1982) é necessário afirmar que a dialética possui também uma dimensão natural. Sem uma dimensão de dialética na própria natureza, uma dialética social seria inconcebível. A partir de um exame dessa dialética da natureza, Konder afirma que Engels encontrou três leis gerais: a lei da passagem da quantidade para a qualidade, em que existe um processo de transformação, mas que se dá em ritmos às vezes lentos, às vezes mais acelerados; a lei da interpenetração dos contrários, em que as diversas esferas da realidade se entrelaçam e dependem umas das outras; e a lei da negação da negação, em que o movimento da realidade faz sentido e não “[...] se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, afirmações e negações (KONDER, 1982, p. 59). Engels, nesse caso, apenas resgata a teoria Hegeliana de dialética e lhe confere um caráter essencialmente materialista. Entretanto, essas leis são meramente ilustrativas e de maneira alguma a dialética pode ser reduzida a elas. A dialética, em sua essência, presta “[...] mal a qualquer codificação. Um código por definição articula as leis, fixa as leis em artigos[...] Como poderiam, porém ser fixadas em artigos as leis de uma filosofia da mudança, de uma concepção do mundo segundo a qual existe sempre alguma coisa de novo sob o sol? (KONDER, 1982, p. 60). Os frankfurtianos ressaltam a importância de que os pressupostos idealistas, presentes nas concepções epistemológicas não-materialistas e não-dialéticas, apresentam uma relação próxima com a reificação do objeto de estudo, o que conduz o pensamento científico no sentido contrário àquele proposto inicialmente pela Teoria Tradicional. Como afirma Wolfgang Leo Maar (2006), na obra “Dialética do Esclarecimento”, Horkheimer e Adorno apontam diretamente para a relação entre sociedade administrada e razão instrumental como resultado do movimento dialético entre a dominação da natureza e a dominação social. Esta correspondência elaborada pelos autores conduz a Teoria Crítica à busca pelo *primado do objeto*, no qual é impossível a elaboração de leis gerais que se amoldem a qualquer objeto, mas desenvolver um método *a partir* do objeto em questão.

O primado ou a prioridade do objeto encontra-se numa relação dialética com a prioridade do sujeito e não em estrita oposição à mesma. Trata-se de romper, sem abandonar o conceito, a via da conceituação (*Begrifflichkeit*) no âmbito do pensamento identitário. A tarefa precípua do primado do objeto é justamente forçar o conceito a apresentar-se como antinômico (MAAR, 2006, p. 137).

A Teoria Crítica se apresenta, portanto, como um indispensável contraponto à Teoria Tradicional no que concerne a natureza da realidade externa, que é reconhecida de fato, mas não pode ser apreendida em sua totalidade; a epistemologia, que, ao buscar compreender a relação dialética entre o conhecedor e o cognoscível, aponta para a necessidade do primado do objeto; e a metodologia que, conduzida pelo objeto, aponta caminhos para o investigador refletir sua própria condição e proporciona elementos de crítica que permitam a superação da condição de dominação presente na ciência – que é a dominação do homem pelo próprio homem – a partir de uma orientação material e histórica.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

DEMO, P. **Ciência, Tecnologia e Poder: uma sátira às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1988.

DESCARTES, R. **Discurso do Método/As paixões da alma**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

GUBA, E. G. The alternative paradigm dialog. In GUBA, E. G. (org.) **The paradigm dialog**, Londres: Sage, 1990.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 7 ed. 2007.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAAR, W. L. Materialismo e primado do objeto em Adorno. **Trans/Form/Ação**, Marília: v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Set. 2009

NOBRE, M. Modelos de Teoria Crítica. In NOBRE, M. (org.) **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

SHEPTULIN, A. P. **El metodo dialectico de concocimiento**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1983.